

XIV Salão Iniciação Científica da PUCRS

A Necessidade De Alteração Da Lei Complementar 10.098/94 - Estatuto Do Servidor Público Do Rio Grande Do Sul - Em Face Da Nova Lei De Acesso À Informação - Lei 12.527/2011

Brunize Altamiranda Finger; Regina Linden Ruaro.

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Direito.

Resumo

Uma das principais características do Estado Democrático de Direito é o dever de informar e de ser informado, conforme leciona Temis Limberger. O inciso XXXIII do artigo 5º da Constituição pátria estabelece que todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado. No mesmo sentido, temos que a lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta (...) - artigo 37, § 3º da Constituição Federal.

Nessa perspectiva e em cumprimento à norma constitucional, foi promulgada a Lei 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação. Ela estabelece que órgãos e entidades públicas divulguem informações de interesse coletivo, salvo aquelas cuja confidencialidade esteja prevista no texto legal. Ocorre que esta lei alterou o Regime Jurídico Único (Lei 8.112/30), no que tange às responsabilidades do servidor público. Desse modo, verifica-se que deve haver uma mudança no Título IV (Regime Disciplinar), Capítulo IV (Das Responsabilidades) do Estatuto do Servidor Público do RS, de forma que este fique em conformidade com o disposto na lei federal citada.

A pesquisa concluiu que o Estatuto do Servidor Público do RS precisa de uma alteração e adequação a lei de acesso à informação (12.527/2011). Outro resultado alcançado é de que os órgãos jurídicos do Rio Grande do Sul estão, aos poucos, desenvolvendo estruturas que estão dando efetividade a lei 12.527/2011 (portais de transparência). No entanto, nota-se que, a LC 10.098/94 ainda não fez alterações no que tange ao capítulo IV, Título IV, o qual trata sobre as responsabilidades dos servidores públicos gaúcho.

O objetivo geral deste projeto de pesquisa é estudar a legislação Federal brasileira que trata sobre os direitos fundamentais de acesso à informação, intimidade, privacidade e a necessidade de adequação da Lei Complementar 10.098/94 aos valores fundamentais consagrados na Constituição Federal de 1988 e ao teor da lei 12.527/2011 no que tange a Responsabilidade dos Servidores Públicos.

Os métodos de abordagem são o dedutivo e o dialético. Os métodos de procedimento são o comparativo e o monográfico. A técnica de pesquisa é a de documentação indireta.

Palavras-chave

Direito à informação; Transparência; Administração Pública.